

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

FILIFE POSSAMAI DELLA PATRICIO

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO ATO COOPERADO E ATO NÃO
COOPERADO: UM ESTUDO DE CASO EM UMA AGROINDUSTRIAL NO
EXTREMO SUL CATARINENSE**

CRICIÚMA

2016

FILIFE POSSAMAI DELLA PATRÍCIO

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO ATO COOPERADO E ATO NÃO
COOPERADO: UM ESTUDO DE CASO EM UMA AGROINDUSTRIAL NO
EXTREMO SUL CATARINENSE**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de Bacharel no curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientador: Prof. Esp. Valcir Mantovani.

CRICIÚMA

2016

FILIFE POSSAMAI DELLA PATRÍCIO

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO ATO COOPERADO E ATO NÃO
COOPERADO: UM ESTUDO DE CASO EM UMA AGROINDUSTRIAL NO
EXTREMO SUL CATARINENSE**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de Bacharel no curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientador: Prof. Esp. Valcir Mantovani.

Criciúma, 13 de junho de 2016.

BANCA EXAMINADORA

Valcir Mantovani, Esp. Orientador

Milla Lúcia Ferreira Guimarães, Msc. Examinador

Dedico este trabalho a minha família, meus Pais, Alcides e Cleusa, meus irmãos e amigos, todos que apoiaram de alguma forma, para realização desse sonho.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente Agradecer a Deus, pelas coisas maravilhosas, pela vida em si, por todos os dias poder levantar com saúde e ir trabalhar.

Em seguida a minha Família, meus Pais Alcides e Cleusa, que juntos souberam dedicar seu tempo da melhor maneira possível, Educando e ensinando a ser uma pessoa humilde e de respeito. Meus Irmãos Aloisio e Jean pelo companheirismo de sempre.

Aos amigos verdadeiros, que sempre apoiaram e estiveram junto nos melhores e piores momentos, colegas do Curso de Contábeis, por fazer parte do meu dia a dia.

Aos professores do Curso de Ciências Contábeis que contribuíram e ajudaram para minha formação, em especial pelo meu Orientador Valcir Mantovani pela paciência e dedicação para elaboração do trabalho.

Aos amigos e companheiros de trabalho, a COOPERJA pelo apoio e contribuição que me permitiu a realização deste trabalho.

Enfim a todos que contribuíram de alguma forma para realização deste trabalho, Muito Obrigado!

“A maior recompensa para o trabalho do Homem não é o que ele ganha com isso, mas o que ele se torna com isso.”

John Ruskin

RESUMO

PATRICIO, Filipe Possamai Della. **Demonstração do Resultado do Ato Cooperado e Ato não Cooperado: UM ESTUDO DE CASO EM UMA AGROINDUSTRIAL NO EXTREMO SUL CATARINENSE.** 2016. 55 p. Orientador: Valcir Mantovani. Trabalho de Conclusão de Curso de Ciências Contábeis. Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. Criciúma – SC

Atualmente as Empresas estão sofrendo muito pela questão de se adequar as normas da contabilidade, e para as cooperativas não é diferente, deve ser registrado cada lançamento conforme sua natureza social, se for um sócio da cooperativa ou apenas um cliente, denominado como Ato Cooperado e Ato não Cooperado. Com o auxílio da contabilidade financeira e gerencial este trabalho apresenta as demonstrações contábeis de uma Cooperativa Agroindustrial do Extremo Sul Catarinense, com os valores verdadeiros e em reais. O objetivo é apresentar as demonstrações obrigatórias para entrega, comparando assim as contas de resultado do Ato Cooperado e Ato não Cooperado. Com base no levantamento de dados da empresa estudada, o resultado Ato Cooperado apresenta uma grande diferença em consideração ao Ato não Cooperado em razão de que a Cooperja trabalha muito mais suas atividades com os Sócios do que com terceiros.

Palavras-Chave: Cooperativas. Contabilidade Financeira. Demonstrações Contábeis.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Representação da estrutura do trabalho	13
Figura 2 – Evolução – números de empregos diretos	23
Figura 3 – Sede administrativa	34
Figura 4 – Organograma administrativo	38

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Representação do Cooperativismo	16
Quadro 2 – Diferença entre sociedade cooperativa e mercantil.....	17
Quadro 3 – Classificação das cooperativas	20
Quadro 4 – Números do cooperativismo brasileiro por ramo de atividade.....	21
Quadro 5 – Grupos do balanço patrimonial.....	28
Quadro 6 – Faturamento (valores em reais R\$).....	36
Quadro 7 – Número de associados por setor de atividades.....	36
Quadro 8 – A localização de cada unidade.....	37
Quadro 9 – Receita Bruta de Venda x Resultado Líquido (valores em reais R\$).....	40
Quadro 10 – Resultado bruto x Resultado operacional (valores em reais R\$).....	40
Quadro 11 – Resultado do lucro x Sobra líquida do período.....	41
Quadro 12 – Balanço patrimonial - ATIVO	44
Quadro 13 – Balanço patrimonial – PASSIVO	45
Quadro 14 – Demonstração das sobras ou perdas – DSP (valores em reais R\$)	47
Quadro 15 – Demonstração das sobras ou perdas – DSP - Ato cooperado e não cooperado (valores em reais R\$).....	48

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACI	Aliança Cooperativa Internacional
AGO	Assembleia Geral Ordinária
BP	Balanço Patrimonial
CPC	Comitê dos Pronunciamentos Contábeis
CRC	Conselho Regional de Contabilidade
DFC	Demonstração do Fluxo de Caixa
DMPL	Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido
DRA	Demonstração do Resultado Abrangente
DSP	Demonstração de Sobras e Perdas
FATES	Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social
FECOAGRO	Federação das Cooperativas Agropecuárias do Estado de Santa Catarina.
NBC	Normas Brasileiras de Contabilidade
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
OCESC	Organização Cooperativas Estado de Santa Catarina
PNC	Política Nacional de Cooperativismo
PE	Pernambuco
QTR	Qualidade Total Rural
RS	Rio Grande do Sul
SC	Santa Catarina

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 TEMA, PROBLEMA E QUESTÃO PROBLEMA.....	11
1.2 OBJETIVOS	12
1.3 JUSTIFICATIVA DA PESQUISA	12
1.4 ESTRUTURA DO ESTUDO	13
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	15
2.1 HISTÓRICO, CONCEITO DE COOPERATIVISMO	15
2.1.1 Princípios cooperativistas	17
2.1.2 Ramos do cooperativismo	19
2.1.3 Direitos e deveres dos cooperados	21
2.2 COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS	22
2.2.1 Ato cooperado	24
2.2.2 Ato não cooperado	25
2.3 DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO	26
2.3.1 Balanço patrimonial – BP	27
2.3.2 Demonstração das sobras ou perdas – DSP	29
2.3.3 Demonstração do resultado abrangente – DRA	30
2.3.4 Demonstração da mutação do patrimônio líquido – DMPL	30
2.3.5 Demonstração do fluxo de caixa – DFC	31
3 METODOLOGIA DA PESQUISA	32
3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO.....	32
3.2 PROCEDIMENTOS PARA COLETA E ANÁLISE DE DADOS.....	33
4 ESTUDO DE CASO	34
4.1 CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA.....	34
4.1.1 Administração	38
4.1.1.1 Apresentação das demonstrações contábeis.....	39
5 CONCLUSÃO	50
REFERÊNCIAS	51
ANEXOS	53
ANEXO A – CÁLCULO CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO ..	54
ANEXO B – CÁLCULO DO IMPOSTO DE RENDA DA PESSOA JURÍDICA	55

1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo apresenta-se o tema e problema de pesquisa, bem como os objetivos e justificativa deste estudo. Ademais demonstra-se a estrutura do trabalho.

1.1 TEMA, PROBLEMA E QUESTÃO PROBLEMA

A sociedade passa por constantes transformações políticas e econômicas no processo de globalização, exigindo das sociedades cooperativistas atualizações fiscais, para uma situação comercial favorável das condições de venda para cooperados e clientes.

Com o intuito de suprir as necessidades do setor agrícola, surgem as cooperativas agroindustriais que são organizações formadas por um grupo de pessoas com os mesmos interesses e objetivos, inclusive o de obter vantagens em suas atividades econômicas.

As cooperativas agroindustriais atuam no sentido de reduzir os custos de produção, obter melhores condições de prazo e preço de seus produtos para seus associados. Ao passo que a cooperativa, disponibiliza igualmente seus produtos e serviços para os associados e não associados (Clientes). Oportunizando para associados a melhor forma de prazo de pagamento e retorno das sobras de resultado no final do exercício.

Em virtude desta diferença no tratamento gerencial entra associados e clientes, a cooperativa encontra necessidade de análise na margem, que atinge o gerenciamento dos resultados cooperados.

Diante do exposto, tem a seguinte questão de pesquisa: Quais as Consequências no resultado do ato cooperado e não cooperado em uma cooperativa do setor agropecuária?

1.2 OBJETIVOS

A partir da elaboração do presente trabalho tem-se como objetivo geral identificar os resultados das demonstrações contábeis entre ato cooperado e não cooperado.

Com o intuito de alcançar tal objetivo, tem-se a necessidade de abordar os seguintes objetivos específicos:

- Apresentar e descrever os aspectos relacionados com as demonstrações conforme a política nacional do cooperativismo do ato cooperado e não cooperado.
- Levantar os dados realizados de receitas e despesas nos estabelecimentos da cooperativa.
- Analisar e interpretar através do estudo nas demonstrações contábeis, a importância do resultado ato cooperado e os benefícios da empresa.

1.3 JUSTIFICATIVA DA PESQUISA

Este trabalho se justifica em razão de as cooperativas poderem praticar dois tipos de atos com características e consequências distintas, a saber: atos cooperados, consistentes no exercício de suas atividades em benefícios dos seus associados que prestam serviços de administração a terceiros. Assim, os atos cooperados estão isentos de tributação de Imposto de renda. Por outro lado, aqueles serviços remunerados prestados a terceiros sujeitam-se ao pagamento de tributos consoante determina a referida lei 5.764/71, que define a política nacional do cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas.

Nos dias de hoje as relações interpessoais têm surgido temas a serem debatidos para o aprimoramento da comunidade, levando em consideração estudos feitos para se obter oportunidades de inserir no contexto do assunto o conhecimento e a informação.

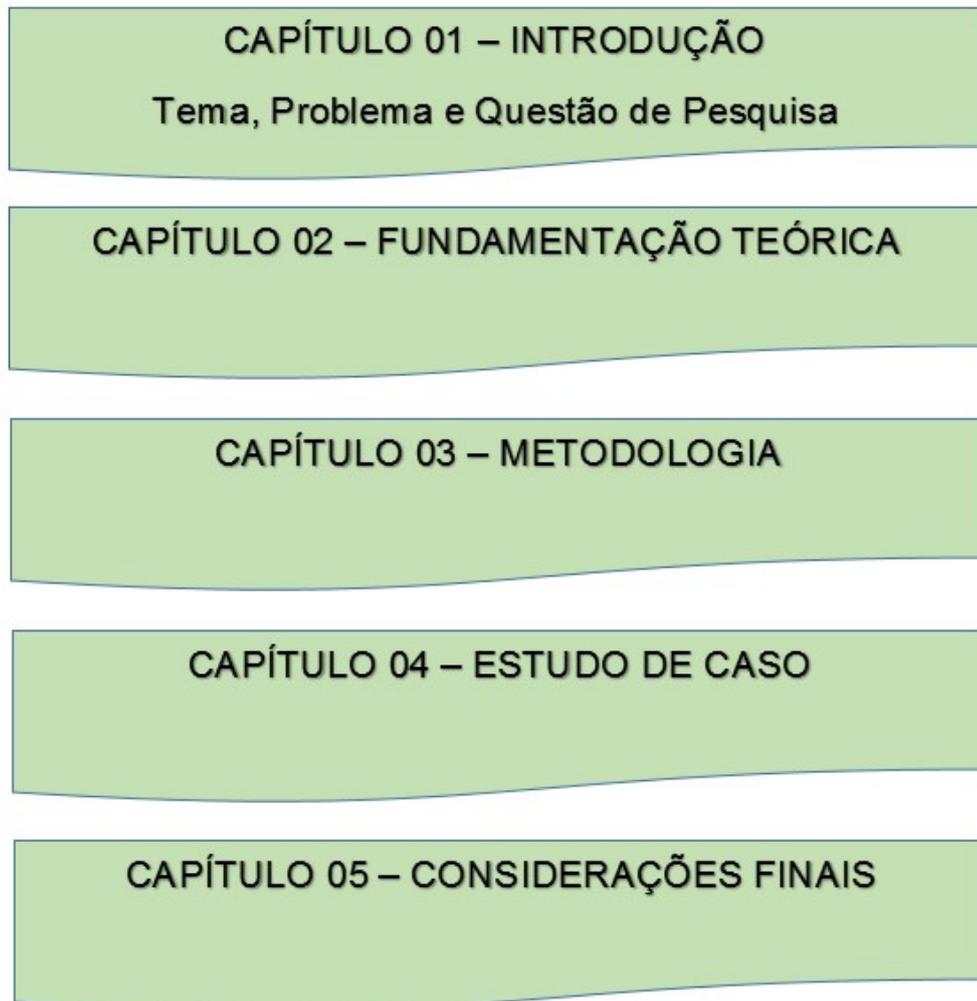
Desta forma, o presente trabalho tem como contribuição teórica aprofundar os conhecimentos sobre ato cooperado e buscar a contribuição das

cooperativas para as comunidades nas quais estão inseridas.

1.4 ESTRUTURA DO ESTUDO

Este trabalho está estruturado e organizado de acordo com 05 (cinco) capítulos necessários para o entendimento desenvolvido e aplicado neste estudo.

Figura 1 – Representação da estrutura do trabalho



Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

No primeiro capítulo busca-se apresentar as considerações do tema pesquisado, os objetivos do estudo e a justificativa para a pesquisa.

O segundo capítulo mostra um levantamento bibliográfico acerca dos conceitos teóricos alcançados ao desenvolvimento desta pesquisa, tais como

cooperativismo, cooperativas agropecuárias, detalhando seus princípios. Na sequência, conceitua-se ato cooperado e ato não cooperado.

O terceiro capítulo apresenta os procedimentos metodológicos utilizados no estudo.

No quarto capítulo exibe-se o estudo de caso, realizado na Cooperativa Agroindustrial Cooperja no qual visa relacionar as pesquisas relacionadas e realizadas para o desenvolvimento da comunidade cooperativa, bem como a sua forma de apresentação.

No quinto e último capítulo, são escritos as considerações finais resultantes da indagação realizadas sobre o tema declarado.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo aborda a fundamentação teórica sobre o tema, evidenciando a criação dessa espécie de sociedade, seus conceitos, tais como, definição de sociedades cooperativas, diferenças com as sociedades com finalidade lucrativa, ato cooperativo e não cooperativo das sociedades cooperativas.

2.1 HISTÓRICO, CONCEITO DE COOPERATIVISMO

Cooperativismo é um movimento internacional que busca constituir uma sociedade justa, livre e fraterna, em bases democráticas, através de empreendimentos que atendam às necessidades reais dos cooperados e remunerem adequadamente a cada um deles (OLIVEIRA, 2006).

Para Magalhães (1972, p. 117), Cooperativismo é a “doutrina que tem por objeto a correção do social pelo econômico através de associações de fim predominantemente econômico, ou seja, as cooperativas.” O cooperativismo realiza seus objetivos por meio das cooperativas.

Para Becho (2005, p. 95), as sociedades cooperativas são: “[...] sociedades de pessoas, de cunho econômico, sem fins lucrativos, criadas para prestar serviços aos sócios de acordo com princípios jurídicos próprios e mantendo seus traços distintos intactos”.

Assim, a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), define o cooperativismo como uma forma de organização que tem como diferencial promover o desenvolvimento econômico e o bem-estar social simultaneamente. Baseado na união de pessoas, o cooperativismo é um modelo socioeconômico com referenciais de participação democrática, solidariedade, independência e autonomia. Por sua natureza e particularidades, visa às necessidades do grupo e não ao lucro, aliando o economicamente viável ao ecologicamente correto e ao socialmente justo (OCB, 2012).

A característica principal de uma sociedade cooperativa é a finalidade de oferecer aos seus cooperados, melhores condições econômicas e sociais, já que

não possui finalidade lucrativa. Desta forma, a sociedade serve como instrumento de promoção dos interesses dos seus membros.

Os órgãos que regem e regulamentam as cooperativas são: no âmbito mundial a ACI, no Brasil a OCB, e em nível estadual a OCESC - fundada em 28 de agosto de 1971. A Quadro 1 evidencia melhor as entidades que representam as cooperativas em todos os âmbitos.

Quadro 1 – Representação do Cooperativismo

ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL GENEBRA - SUIÇA	→	MUNDO
ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DAS AMÉRICAS SÃO JOSE – COSTA RICA	→	AMÉRICAS
ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DAS BRASILEIRAS BRASÍLIA	→	BRASIL
ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA - FLORIANÓPOLIS	→	ESTADO
COOPERATIVAS	→	COMUNIDADE

Fonte: OCB, (2013).

Conforme o Quadro 1, a representação do cooperativismo em nível internacional, é realizada por dois órgãos, a ACI e a Aliança Cooperativa Internacional das Américas. No Brasil, essa representação é feita pela OCB, e em níveis estaduais, cada estado tem sua representante em Santa Catarina é realizada pela OCESC.

As ações do cooperativismo brasileiro se tornaram referência no Brasil e em diversos países. Da mesma maneira, o sistema promove a intercooperação e se espelha em experiências estrangeiras.

As cooperativas foram importantes não só no passado com a crise da revolução industrial, mas no cenário atual, também, são de grande relevância econômica e social para o país (OCESC, 2011).

As sociedades cooperativas são regulamentadas pela Lei Federal nº 5.764 de 1971, que, entre outras providências, definiu a Política Nacional de Cooperativismo e instituiu o regime jurídico das cooperativas: sociedades de pessoas de natureza civil, tendo forma e natureza jurídica própria, não sujeitas à falência. (BRASIL, 1971).

O quadro a seguir apresenta as características que distinguem as cooperativas das sociedades mercantis, de acordo com Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina (OCESC, 2011).

Quadro 2 – Diferença entre sociedade cooperativa e mercantil.

Sociedade Cooperativa	Sociedade Mercantil
É uma sociedade de pessoas;	É uma sociedade de capital;
Objetivo principal é a prestação de serviços;	Objetivo principal é o lucro;
Número ilimitado de cooperados;	Número limitado de acionista;
Controle democrático – um homem – um voto;	Cada ação – um voto;
Assembleias: “ <i>quorum</i> ” - é baseado no número de cooperados;	Assembleias: “ <i>quorum</i> ” - é baseado no capital;
Não é permitida a transferência das quotas Partes a terceiros, estranhos à sociedade;	Transferência das ações a terceiros;
Retorno proporcional ao valor das operações;	Dividendo proporcional ao valor das ações;

Fonte: Adaptado de OCB (2013).

Melhorar as condições de vida sempre foi o principal objetivo daqueles que encontraram no cooperativismo uma forma de superar dificuldades, gerar negócios e transformar a realidade social.

2.1.1 Princípios cooperativistas

Os princípios cooperativos, conforme OCESEC (2011), foram criados pelos Probos Pioneiros de Rochdale e reformulados pela ACI, servem para orientar as

sociedades cooperativas a levarem os seus valores à prática, buscando atingir seus objetivos. Os princípios que norteiam o cooperativismo são:

1. Adesão livre e voluntária

Cooperativas são organizações voluntárias abertas a todas as pessoas aptas a usar seus serviços e dispostas a aceitar as responsabilidades de sócios, sem discriminação social, racial, política ou religiosa e de gênero.

2. Controle democrático pelos sócios

As cooperativas são organizações democráticas controladas por seus sócios os quais participam ativamente, no estabelecimento de suas políticas e na tomada de decisões. Homens e mulheres, eleitos como representantes, são responsáveis para com os sócios. Nas cooperativas singulares, os sócios têm igualdade na votação (um sócio, um voto); as cooperativas de outros graus são também organizadas de maneira democrática.

3. Participação econômica dos sócios

Os sócios contribuem de forma equitativa e controlam democraticamente o capital de suas cooperativas. Parte desse capital é propriedade comum das cooperativas. Usualmente os sócios recebem juros limitados (se houver algum) sobre o capital como condição de sociedade. Os sócios destinam as sobras aos seguintes propósitos: desenvolvimento das cooperativas, possibilitando a formação de reservas, parte dessa podendo ser indivisíveis; retorno aos sócios na proporção de suas transações com as cooperativas e apoio a outras atividades que forem aprovadas pelo sócio.

4. Autonomia e independência

As Cooperativas são organizações autônomas para ajuda mútuas controladas por seus membros. Entretanto, em acordo operacional com outras entidades inclusive governamentais, ou recebendo capital de origem externa, elas devem fazê-lo em termos que preservem o seu controle democrático pelos sócios e mantenham sua autonomia.

5. Educação, treinamento e informação

As cooperativas proporcionam educação e treinamento para os sócios de modo a contribuir efetivamente para o seu desenvolvimento. Eles deverão informar o público em geral, particularmente os jovens e os líderes formadores de opinião, sobre a natureza e os benefícios da cooperação.

6. Cooperação entre cooperativas

As cooperativas atendem seus sócios mais efetivamente e fortalecem o movimento cooperativo trabalhando juntas através de estruturas locais, nacionais, regionais e internacionais.

7. Preocupação com a comunidade

As cooperativas trabalham pelo desenvolvimento sustentável de suas comunidades através de políticas aprovadas por seus membros.

Os sete princípios do cooperativismo são as linhas orientadoras e foram aprovados e utilizados na época em que foi fundada a primeira cooperativa do mundo, na Inglaterra, em 1844.

2.1.2 Ramos do cooperativismo

Para melhor cumprir sua função de entidade representativa do cooperativismo brasileiro, a OCB estabeleceu os ramos do cooperativismo baseados nas diferentes áreas em que o movimento atua. As atuais denominações dos ramos foram aprovadas pelo Conselho Diretor da OCB, em 4 de maio de 1993. A divisão também facilita a organização vertical das cooperativas em confederações, federações e centrais.

As cooperativas são organizadas de acordo com o segmento ao qual pertence. A OCB conforme demonstrado no Quadro 3, destaca os principais como sendo:

Quadro 3 – Classificação das cooperativas

RAMO	DESCRIÇÃO
Agropecuário	Produtores rurais ou agropastoris e de pesca, cujos meios de produção pertencem aos cooperados, esse ramo cuida de toda a cadeia produtiva, desde o preparo da terra até a industrialização e comercialização dos produtos.
Consumo	Dedicadas à compra em comum de artigos de consumo para seus cooperados.
Crédito	Destinadas a promover a poupança e financiar necessidades ou empreendimentos dos seus cooperados.
Educacional	Cooperativas de professores, de alunos de escolas agrícola, de pais de alunos ou cooperativas de atividades afins.
Especial	Constituídas por pessoas que precisam ser tuteladas. Essas entidades organizam o seu trabalho, especialmente no que diz respeito às dificuldades gerais e individuais das pessoas em desvantagem.
Habitacional	Destinadas à construção, manutenção e administração de conjuntos e unidades habitacionais.
Infraestrutura	Finalidade de atender direta e prioritariamente o próprio quadro social com serviços de infraestrutura. As cooperativas de eletrificação rural, que são a maioria, estão deixando de ser repassadoras de energia, para ser geradoras.
Mineral	Finalidade de pesquisar, extrair, lavrar, industrializar, importar e exportar minerais.
Produção	Dedicadas à produção de um ou mais bens e mercadorias, sendo os meios de produção de propriedade coletiva e não de propriedade individual do cooperado.
Saúde	Composto por médicos, dentistas, psicólogos e profissionais de outras atividades afins.
Trabalho	Dedicam à organização e à administração dos interesses inerentes à atividade profissional dos trabalhadores associados para prestação de serviços.
Transporte	Atuam na prestação de serviços de transporte de carga e passageiros.
Turismo e lazer	Prestam serviços turísticos, de entretenimento, de esportes e de hotelaria, ou atendem direta ou indiretamente o seu quadro social nessas áreas.

Fonte: OCB (2013).

O Quadro 3 apresenta os diversos tipos de ramo de cooperativas de modo geral, considerando para a continuidade do trabalho que será apresentado em detalhe, o ramo agropecuário.

Estudos da Aliança Cooperativa Internacional mostram que o cooperativismo vem ganhando força no mundo inteiro. As cooperativas estão presentes em 100 países e geram mais de 100 milhões de empregos.

Mais de 11 milhões de brasileiros participam de algum ramo do cooperativismo. O número de cooperados mais do que dobrou na última década em 2002 eram 5,2 milhões de brasileiros agrupados em cooperativas.

O Quadro 4 a seguir mostra os números do cooperativismo brasileiro por ramo de atividade.

Quadro 4 – Números do cooperativismo brasileiro por ramo de atividade.

RAMO	COOPERATIVAS	ASSOCIADOS	EMPREGADOS
Agropecuário	1.561	943.054	146.011
Consumo	123	2.297.218	9.892
Crédito	1.042	4.019.528	56.178
Educacional	302	57.547	3.349
Especial	12	397	14
Habitacional	242	101.071	1.676
Infraestrutura	141	778.813	5.775
Mineral	63	20.792	144
Produção	235	11.454	3.669
Saúde	848	246.265	56.776
Trabalho	946	217.127	3.879
Transporte	1.095	321.893	10.787
Turismo e lazer	31	1.368	32
TOTAL	6.641	9.016.527	298.182

Fonte: OCB (2013).

O movimento cooperativista atua em 13 ramos de atividades diferentes que juntos somam 6.641 cooperativas, interessante observar que 83% delas pertencem a cinco setores: Agropecuário (1.561), Transporte (1.095), Crédito (1.042), Trabalho (946) e Saúde (848).

2.1.3 Direitos e deveres dos cooperados

Para formar uma cooperativa é necessário que as pessoas interessadas estejam conscientes do que pretendem. O cooperado deve estar ciente de sua função de dono e usuário da sociedade.

Direitos

1. Utilizar os serviços prestados pela cooperativa;
2. Tomar parte nas assembleias gerais, discutindo e votando os assuntos que nelas forem tratados;
3. Propor ao Conselho de Administração e às Assembleias Gerais as medidas que julgar convenientes aos interesses do quadro social;

4. Efetuar, com a cooperativa, as operações que forem programadas;
5. Obter, durante os trinta dias que antecedem a realização da assembleia geral, informações a respeito da situação financeira da cooperativa, bem como sobre os Balanços e os Demonstrativos;
6. Votar e ser votado para cargos no Conselho de Administração e no Conselho Fiscal; e
7. No caso de desligamento da cooperativa, retirar o capital, conforme estabelece o estatuto.

Deveres

1. Integralizar as quotas-partes de capital;
2. Operar com a cooperativa;
3. Observar o estatuto da cooperativa;
4. Cumprir fielmente com os compromissos em relação à cooperativa;
5. Respeitar as decisões da Assembleia Geral e do Conselho Diretor;
6. Cobrir sua parte, quando forem apuradas perdas no fim do exercício; e
7. Participar das atividades desenvolvidas pela cooperativa.

Organizado em comitês, conselhos, núcleos ou comissões, o cooperado deve contribuir da melhor maneira possível em favor daqueles que recebem a incumbência da administração da empresa, para que todas as decisões sejam corretas e representativas da vontade da maioria.

2.2 COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS

As cooperativas brasileiras do segmento agropecuário, segundo Pinho (2004, p. 118), “historicamente é o mais bem estruturado ramo cooperativo”. E têm como objetivos organizar as atividades econômicas e sociais dos seus sócios, produtores rurais, integrando-as, orientando-as e colocando à disposição deles uma série de serviços (RECH, 2000).

O ramo agropecuário é o de maior expressão econômica no cooperativismo, com significativa participação na economia nacional, tendo grande

influência nas exportações e na balança comercial (OCB, 2011). Em Santa Catarina, segundo dados da OCESC, em termos de faturamento, o ramo agropecuário é o de maior destaque entre os tipos de cooperativas.

As cooperativas do ramo agropecuário prestam um enorme leque de serviços e atividades econômicas, desde assistência técnica, armazenamento, industrialização e comercialização de produtos até a assistência social e educacional aos cooperados (OCESC, 2011).

O órgão que regulamenta as cooperativas agropecuárias em Santa Catarina é a Federação das Cooperativas Agropecuárias do Estado de Santa Catarina (Fecoagro), fundada em 25 de julho de 1975. Ela reúne 10 cooperativas singulares e uma central que presta serviços na área de compras conjuntas dos principais insumos e produtos de abastecimento distribuídos pelas filiadas aos seus associados.

As cooperativas agropecuárias, de acordo com Rech (2000), se dedicam frequentemente a:

- Vender em comum a produção entregue pelos sócios. Processo no qual a cooperativa pode ficar encarregada de classificar, padronizar, manter em depósito ou armazenamento, beneficiar ou industrializar os produtos recebidos, sempre visando encontrar e obter os melhores preços de mercado;
- Distribuir aos sócios bens de produção e utilidades necessárias as suas atividades agropecuárias, bem como intermediar o abastecimento de gêneros alimentícios, roupas e outros produtos para a casa e a família;
- Oferecer serviços na área da produção, pesquisa, assistência técnica, administrativa, social e educacional; e
- Promover a integração entre os associados e suas famílias e a inter-relação com a comunidade em que estão inseridos.

A Figura 2 apresenta a evolução do números de empregos diretos pelo cooperativismo.

Figura 2 – Evolução – números de empregos diretos

170.000					164.223
160.000				155.896	
150.000			146.011		
140.000		138.829			
135.000	134.579				
130.000					
120.000					
	2008	2009	2010	2011	2012

Fonte: OCB 2013

O cooperativismo é responsável pela inclusão dos agricultores no mercado, pela prestação de serviços e acesso à tecnologia para os produtores e agregação de valor e atuação eficiente na cadeia produtiva para o acesso a mercados (OCB).

2.2.1 Ato cooperado

O conceito de ato cooperativo na legislação brasileira está inserido no art. 79 da Lei nº 5.764/1971. Segundo este dispositivo, atos cooperativos são:

[...] os praticados entre as cooperativas e seus associados, entre estes e aquelas e pelas cooperativas entre si quando associados, para a consecução dos objetivos sociais” e, ainda, em seu parágrafo único, ao estabelecer que “o ato cooperativo não implica operação de mercado, nem contrato de compra e venda de produto ou mercadoria. (BRASIL, 1971).

Já em uma cooperativa de produção que agencia clientela e disponibiliza atividades para os cooperados, sendo este o seu objeto social todos os atos praticados pela cooperativa buscando negócios para os produtos ou serviços dos associados são atos cooperativos, visto que, em verdade, constituem a própria essência da cooperativa assim organizada. O fato da cooperativa, emitir nota fiscal e a fatura, remetendo as mercadorias (ou executando a prestação de serviços) para terceiros, significa a concretização de seus objetivos sociais, pois quem vende é a cooperativa, quem compra é o cliente, mas quem produz são os cooperados (OLIVEIRA, 2006).

Podem ser citados como exemplos de atos cooperativos, no ramo

agropecuário dentre outros, os seguintes:

- A entrega de produtos dos associados à cooperativa, para comercialização, bem como os repasses efetuados pela cooperativa a eles, decorrentes dessa comercialização, nas cooperativas de produção agropecuárias;
- O fornecimento de bens e mercadorias a associados, desde que vinculadas à atividade econômica do associado e que sejam objeto da cooperativa nas cooperativas de produção agropecuárias;
- As operações de beneficiamento, armazenamento e industrialização de produto do associado nas cooperativas de produção agropecuárias;

A importância do ato cooperativo está no poder de definir, delimitar, reconhecer, qualificar a relação jurídica cooperativa, através do ato cooperado que será definido ou não a tributação do resultado e sua destinação.

Conclui-se, então, que os atos praticados com os associados não se sujeitam à incidência de tributos, diferentemente daqueles atos, envolvendo terceiros, não cooperados.

2.2.2 Ato não cooperado

O ato não cooperativo é aquele realizado para obtenção do objeto social da cooperativa, porém não é realizado com o cooperado, mas com uma terceira pessoa, que não faz parte da cooperativa. Com o princípio das portas abertas ou, como é conhecido, o princípio da adesão livre e voluntária, poderia ser um de seus cooperados (BECHO, 2005).

As operações com atos não cooperativos se encontram na Lei nº 5.764/1971, nos arts. 85 e 86, e serão levadas à conta do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES e serão contabilizadas em separado para o cálculo dos tributos.

Os atos não cooperativos são aqueles que importam em operação com terceiros não associados. Alguns exemplos:

- a comercialização ou industrialização, pelas cooperativas agropecuárias ou de pesca, de produtos adquiridos de não associados, agricultores, pecuaristas ou pescadores, para completar lotes destinados ao cumprimento de contratos ou para suprir capacidade ociosa de suas instalações industriais;
- de fornecimento de bens ou serviços a não associados, para atender aos objetivos sociais;
- de participação em sociedades não cooperativas, públicas ou privadas, para atendimento de objetivos acessórios ou complementares;
- a contratação de bens e serviços de terceiros não associados.

As cooperativas poderão fornecer bens e serviços a não associados, desde que tal faculdade atenda aos objetivos sociais e estejam de conformidade com a presente lei.

2.3 DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

As demonstrações contábeis também denominadas de demonstrações financeiras na legislação societária, são utilizadas pelos administradores para prestar contas sobre os aspectos públicos de responsabilidade da empresa, perante acionistas, credores, governo e a comunidade em geral. Têm, portanto, por objetivo, revelar, a todas as pessoas interessadas, as informações sobre o patrimônio e os resultados da empresa e as mutações ocorridas no exercício.

Por isso, a legislação societária determina que, ao término de cada exercício social, a administração da empresa faça elaborar, com base em sua escrituração, demonstrações contábeis, que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da empresa e as mutações ocorridas no exercício.

Conforme o Portal da Contabilidade, as demonstrações contábeis são o conjunto de informações que devem ser obrigatoriamente divulgadas, anualmente, segundo a lei 6404/76, pela administração de uma sociedade por ações e representa a sua prestação de contas para os sócios e acionistas. A prestação anual de contas é composta pelo Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis e as notas explicativas que as acompanham, o Parecer dos Auditores

Independentes e o Parecer do Conselho fiscal. As demonstrações contábeis são relatórios extraídos da contabilidade após o registro de todos os documentos que fizeram parte do sistema contábil de qualquer entidade em um determinado período. Essas demonstrações servirão para expressar a situação patrimonial da empresa, auxiliando assim os diversos usuários no processo de tomada de decisão.

Segundo o IBRACON (NPC 27),

[...] as demonstrações contábeis são uma representação monetária estruturada da posição patrimonial e financeira em determinada data e das transações realizadas por uma entidade no período findo nessa data. O objetivo das demonstrações contábeis de uso geral é fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira, o resultado e o fluxo financeiro de uma entidade, que são úteis para uma ampla variedade de usuários na tomada de decisões. As demonstrações contábeis também mostram os resultados do gerenciamento, pela Administração, dos recursos que lhe são confiados.

Após ter efetuado todos os lançamentos de encerramento do exercício, no livro diário, devem ser transcritos também o balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício, além da demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados, com a data e assinatura dos administradores e do responsável pela contabilidade, com respectivo CRC.

Abaixo as Demonstrações Contábeis mais utilizadas para prestação de contas com a empresa.

2.3.1 Balanço patrimonial – BP

Segundo Martins, Miranda e Diniz (2014), o balanço patrimonial apresenta a situação patrimonial e financeira de uma entidade de forma estática, em determinado momento. É como se tirasse uma foto da situação financeira e patrimonial da empresa em determinado momento. Por isso é tido como o ponto de partida no processo de análise de demonstrações contábeis.

Para Morante (2007), balanço patrimonial é a representação monetária, em determinado momento, do conjunto de bens, direitos, obrigações e valor patrimonial dos sócios ou acionistas, de uma entidade.

É uma demonstração contábil que tem por objetivo mostrar a situação

financeira e patrimonial de uma entidade numa determinada data. Representando, portanto, uma posição estática da mesma. O Balanço apresenta os Ativos (bens e direitos) e Passivos (obrigações) e o Patrimônio Líquido, que é resultante da diferença entre o total de ativos e passivos e onde se concentra o capital próprio da organização. Tanto os ativos quanto os passivos são demonstrados em função do seu prazo de vencimento, segmentados em Circulantes (para os vencimentos de curto prazo) e Não Circulantes (para os vencimentos de longo prazo). (Portal de Contabilidade 2006).

O Quadro 5 apresenta os grupos componentes do Balanço Patrimonial.

Quadro 5 – Grupos do balanço patrimonial

BALANÇO PATRIMONIAL	
ATIVO	PASSIVO
Ativo Circulante	Passivo Circulante
Disponível	
Contas a Receber	Passivo Não Circulante
Estoques	
Ativos Especiais e Despesas Antecipadas	Patrimônio Líquido
	Capital Social
Ativo Não Circulante	Reservas de Capital
Ativo Realizável a Longo Prazo	Ajustes de Avaliação Patrimonial
Investimentos	Reservas de Lucros
Imobilizado	Ações em Tesouraria
Intangível	Lucros/Prejuízos Acumulados

Fonte: Adaptado de Martins,(2014).

O Balanço Patrimonial das Entidades Cooperativas deve evidenciar os componentes patrimoniais, de modo a possibilitar aos seus usuários a adequada interpretação das suas posições patrimonial e financeira, comparativamente com o exercício anterior.

A conta Lucros ou Prejuízos Acumulados, será denominada Sobras ou Perdas à Disposição da Assembleia Geral.

2.3.2 Demonstração das sobras ou perdas – DSP

Segundo BRAGA (2006), a finalidade básica de Demonstração do Resultado do Exercício é descrever a formação do resultado gerado no exercício, mediante especificações das receitas, custos e despesas por natureza dos elementos componentes, até o resultado líquido final – lucro ou prejuízo. Esse resultado líquido final, se lucro, representa o ganho efetivo obtido pela empresa, que tem por finalidade remunerar os sócios ou manter o patrimônio da empresa. Se prejuízo líquido do exercício, representa a parcela de desgaste sofrido pelo patrimônio no período, significando que as receitas geradas foram insuficientes para cobrir os custos e despesas incorridas para obtenção de tais receitas.

A Demonstração do Resultado é a peça Contábil destinada a evidenciar a composição do resultado de forma resumida, formado num determinado período, decorrente das operações da cooperativa com seus associados e não associados, quando existirem. A Demonstração de Resultado apresenta num determinado período as receitas, os custos e as despesas, de forma ordenada e separada de acordo com a sua natureza, visando fornecer informações sobre a composição do resultado da empresa, evidenciando o resultado econômico de suas operações.

Nas cooperativas, o nome correto dessa demonstração é Demonstrativo de Sobras ou Perdas do Exercício à Disposição da A.G.O.

A denominação da Demonstração do Resultado da NBC T 3.3 é alterada para Demonstração de Sobras ou Perdas, a qual deve evidenciar, separadamente, a composição do resultado de determinado período, considerando os ingressos diminuídos dos dispêndios do ato cooperativo, e das receitas, custos e despesas do ato não-cooperativo, demonstrados segregadamente por produtos, serviços e atividades desenvolvidas pela Entidade Cooperativa.

A demonstração de Sobras ou Perdas das cooperativas agropecuárias deve ser elaborada de maneira a deixar claro o resultado do exercício conforme determina a Lei nº 5.764, que define a Política Nacional do Cooperativismo no seu artigo 87.

Contudo, a demonstração de sobras ou perdas acumuladas à disposição da AGO pode ser elaborada para melhor evidenciar as reservas constituídas e do valor a ser distribuído aos associados.

2.3.3 Demonstração do resultado abrangente – DRA

De acordo com Martins, Miranda e Diniz (2014), a Demonstração do Resultado Abrangente apresenta as receitas, despesas e outras mutações que afetam o patrimônio líquido que não foram reconhecidas na Demonstração do Resultado, conforme determina o Pronunciamento CPC 26. De acordo com o referido pronunciamento, os outros resultados abrangentes compreendem:

- Variações na reserva de reavaliação quando permitidas legalmente.
- Ganhos e Perdas atuariais em planos de pensão.
- Ganhos e perdas derivados de conversão de demonstrações contábeis de operações no exterior.
- Ajuste de avaliação patrimonial relativo aos ganhos e perdas na remensuração de ativos financeiros disponíveis para venda.
- Ajuste de avaliação patrimonial relativo a efetiva parcela de ganhos ou perdas de instrumentos de fluxo de caixa e outros.

2.3.4 Demonstração da mutação do patrimônio líquido – DMPL

A lei societária estabelece que a empresa poderá elaborar e publicar a demonstração das mutações do patrimônio líquido em substituição a demonstração de lucros ou prejuízos acumulados (DLPA), posto que esta estará incluída naquela.

Segundo BRAGA (2006), essa demonstração é bastante útil e tem por objetivo facilitar a análise das modificações ocorridas nos componentes do patrimônio líquido, durante determinado período, geralmente o exercício social e trata-se, portanto, de informações que completam as demais demonstrações. Do ponto de vista gerencial, e para a análise, essa demonstração permite uma visão mais adequada do comportamento dos capitais próprios da empresa, possibilitando a identificação das causas de sua evolução ou involução.

Assaf Neto (2014) classifica as movimentações que afetam o patrimônio líquido em três grupos:

- Movimentações que elevam o patrimônio líquido: Lucro líquido do exercício, aumento de capital por subscrição e integralização de novas ações, ágio cobrado na subscrição de ações e prêmios para debentures etc.
- Movimentação que diminuem o patrimônio líquido: Prejuízo líquido do exercício, aquisição de ações da própria sociedade, dividendos etc.
- Movimentações que não afetam o patrimônio líquido: aumento de capital por incorporação de reservas, apropriação do lucro líquido da conta de lucros ou prejuízos acumulados para outras reservas, compensação de prejuízos através de reservas etc.

2.3.5 Demonstração do fluxo de caixa – DFC

Após mais de uma década de discussões e debates no Brasil, a Demonstração dos Fluxos de Caixa substituiu a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR), por meio da Lei nº 11.638/07.

Para Martins, Miranda e Diniz (2014), Os principais argumentos apresentados a favor da DFC são facilidades de entendimento, utilização do conceito caixa (considerado mais concreto que capital circulante líquido) e, apresenta os montantes dos fluxos numéricos que entram e saem da empresa em determinado período, analisados com o razão e o propósito de fluxo. Desde então, a DFC passou a ser obrigatória as companhias abertas, companhias fechadas e outras sociedades, conforme estabelece o CPC 26.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Neste capítulo, será apresentado o enquadramento metodológico para a elaboração deste estudo. Diante disso, para Prodanov (2013, p. 15) metodologia é “a aplicação de procedimentos e técnicas que devem ser observados para construção do conhecimento, com o propósito de comprovar sua validade e utilidade nos diversos âmbitos da sociedade”. Neste sentido a metodologia nos norteia de forma correta aos resultados a serem alcançados na realização desta pesquisa.

3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

Um trabalho científico, assim como qualquer outra pesquisa, necessita de métodos e técnicas na sua elaboração. Para o desenvolvimento deste estudo em relação a abordagem do problema de pesquisa utilizou-se a abordagem qualitativa junto ainda com apresentação de gráficos e relatórios.

O trabalho será classificado de forma qualitativa, pois segundo Vianna (2001, p. 122),

[...] na pesquisa qualitativa você analisará cada situação a partir de dados descritivos, buscando identificar relações, causas, efeitos, consequências, opiniões, significados, categorias e outros aspectos considerados necessários à compreensão da realidade estudada e que, geralmente envolve múltiplos aspectos.

Desta forma, o estudo caracteriza-se como descritiva, de abordagem qualitativa, desenvolvido por meio de estudo de caso, pesquisa bibliográfica e documental.

Com relação aos objetivos, este estudo caracteriza-se como descritivo, que, para Cervo e Bervian (2002, p. 67), em suas diversas formas a pesquisa descritiva, “busca trabalhar sobre dados ou fatos colhidos da própria realidade”.

No que se trata aos procedimentos, será realizado por pesquisa bibliográfica, que é realizada a partir de fontes já elaboradas tais como, livros e artigos. E também por pesquisa documental, que se assemelha com a pesquisa bibliográfica, porém se utiliza de fontes que não receberam uma análise

aprofundada Alves (2007), analisando legislações e utilizando documentos da cooperativa estudada para alcançar o objetivo deste trabalho. Além disso, será realizado um estudo de caso, que para Cervo e Bervian (2002), é realizada sobre um determinado grupo, indivíduo ou família.

3.2 PROCEDIMENTOS PARA COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Neste tópico, será apresentada a comparação com a atual forma de resultados da cooperativa que abrange tanto os atos cooperativos quanto os não cooperativos, com somente dos atos não cooperativos e os impactos financeiros causados pelo resultado do ato cooperativo, considerando as informações do exercício de 2014/2015.

A fim de identificar os resultados praticados pela COOPERJA em prol do desenvolvimento econômico, objetivando a elaboração do Balanço Social.

Dispondo desses dados, foi possível verificar não só como a COOPERJA aplica os princípios do cooperativismo, mas também, como ela cresce no mercado sendo uma empresa socialmente responsável.

4 ESTUDO DE CASO

Neste capítulo apresenta-se o estudo caso realizado em uma agroindústria de beneficiamentos de grãos localizada no Extremo Sul Catarinense. Primeiramente exhibe-se um breve histórico com relação a sua constituição, características, organização e seus serviços. Na sequência, serão apresentadas as demonstrações contábeis e etapas para elaboração. Posteriormente será destacado os principais demonstrativos de avaliação para se obter resultado líquido, positivo ou negativo.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA

A Cooperativa Agroindustrial Cooperja iniciou suas atividades no final da década de 60, no município de Jacinto Machado (SC), quando um grupo de 117 agricultores se reuniram em Assembleia Geral no salão paroquial do município.

A Figura 3 apresenta a sede administrativa atual onde a Cooperja trabalha.

Figura 3 – Sede administrativa



Fonte: Arquivo Cooperja.

O objetivo no princípio foi solucionar problemas de aquisição de insumos, armazenagem e comercialização da produção agrícola da região. Passou a fornecer semente de arroz a seus cooperados e a receber maracujá de produtores da região, além disso expandiu sua área de atuação para o norte do Rio Grande do Sul, hoje a empresa atua no mercado como a principal atividade no beneficiamento de arroz.

Os produtos disponibilizados para comercialização é o arroz parboilizado e o arroz branco, da marca Caçarola, novos produtos foram lançados para a comercialização como a farinha de arroz, e o macarrão Caçarola.

Hoje é a empresa que mais recebe arroz em Santa Catarina, mais de 10% do arroz Catarinense ou 2% do arroz consumido no Brasil sai dos seus silos. A Cooperja foi eleita pela revista Exame uma das 400 maiores empresas de agronegócios do país e, a 8º Melhor empresa de grãos. Mesmo com tantas outras indústrias de alimentos no sul de Santa Catarina, a concorrência grande no mercado a empresa consegue este grande destaque. A produção dos agricultores também depende muito das previsões climáticas, alterações que pode influenciar em uma melhor arrecadação do produto ou não das plantações.

OBJETIVOS DA COOPERATIVA

- Promover o desenvolvimento social e econômico dos associados através da ajuda mútua.
- No cumprimento de suas finalidades e na medida da disponibilidade e na capacidade técnica, operará basicamente a venda em comum dos produtos que lhe forem entregues, pelos seus associados, e na compra em comum de bens de consumo e insumos para seu uso e de seus familiares, atuando no: beneficiamento, classificação e armazenamento da produção; transporte da produção dos associados, desde depósitos; venda dos produtos no mercado local, nacional e estrangeiro; compra e fornecimento de gêneros e artigos de uso ou consumo pessoal, bem como de utensílios e insumos agrícolas.

Fonte: Dados Cooperja.

Dados econômicos da Cooperativa conforme balanço dos exercícios encerrados:

Quadro 6 – Faturamento (valores em reais R\$)

MÊS	2012	2013	2014	2015
Jan	17.800.289,74	29.158.895,51	27.099.851,86	22.787.444,63
Fev	14.887.168,71	21.778.711,14	20.977.662,20	24.392.315,31
Mar	19.816.291,40	23.021.262,34	25.659.298,67	28.486.538,95
Abri	18.118.170,52	21.722.983,04	26.774.021,52	26.891.666,10
Mai	20.516.067,96	21.895.194,40	26.554.504,52	22.799.902,49
Jun	20.479.931,72	20.156.861,45	22.166.126,65	21.424.512,13
Jul	22.279.658,23	26.902.672,13	28.350.152,28	28.973.137,61
Ago	28.567.803,84	29.519.073,71	33.427.054,86	39.836.609,64
Set	30.661.586,20	30.719.909,81	34.631.446,68	40.564.532,78
Out	30.661.586,20	36.540.160,50	34.237.536,99	36.140.337,27
Nov	27.675.809,95	28.845.054,04	28.691.272,41	36.982.491,76
Dez	19.600.548,21	28.700.173,00	28.211.878,23	35.699.687,10
Total	270.934.758,22	318.960.951,07	336.780.806,87	364.979.175,77

Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

O beneficiamento de arroz é a atividade principal da Cooperativa, no entanto nas últimas décadas a mesma cresceu em estrutura e em números de negócios. Expandiu sua área de atuação para o Norte do Rio Grande do Sul, comercializa alimentos, insumos e combustível.

Quadro 7 – Número de associados por setor de atividades

MUNICÍPIO	ARROZ	MILHO	MARACUJÁ	CONSUMO	TOTAL
Jacinto Machado	637	15	64	133	849
Sto Antônio da Patrulha	276	-	-	1	277
Sta Rosa do Sul	-	-	-	94	94
Praia Grande	234	-	-	56	290
Sombrio	-	-	-	24	24
Criciúma	-	-	-	5	5
Morrinhos do Sul	-	-	-	12	12
Três Cachoeiras	-	-	-	13	13
Terra de Areia	-	-	-	2	2
Total	1147	15	64	340	1566

Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

Norteados pelos princípios do Cooperativismo, a Cooperja busca atualmente, atender e auxiliar seus mais de mil e quinhentos cooperados a desenvolver-se social e economicamente. Sua missão é, “através do

cooperativismo, promover o desenvolvimento econômico das comunidades onde atua com responsabilidade socioambiental”.

Quadro 8 – A localização de cada unidade

Atividades	Localidade
Lojas Agropecuárias	Criciúma (SC)
	Jacinto Machado (SC)
	Morrinhos do Sul (RS)
	Praia Grande (SC)
	Santa Rosa do Sul (SC)
	Santo Antônio da Patrulha (RS)
	Sombrio (SC)
	Terra de Areia (RS)
	Três Cachoeiras (RS)
Supermercados	Balneário Gaivota (SC)
	Jacinto Machado (SC)
	Praia Grande (SC)
	Santa Rosa do Sul (SC)
Posto de Combustível	Jacinto Machado (SC)
Recebimento de Maracujá	Jacinto Machado (SC)
Recebimento de Arroz	Jacinto Machado (SC)
	Praia Grande (SC)
	Santo Antônio da Patrulha (RS)
Beneficiamento de Sementes	Jacinto Machado (SC)
Beneficiamento de Arroz	Jacinto Machado (SC)
	Santo Antônio da Patrulha (RS)
Centro de Distribuição	Jacinto Machado (SC)
	Arcoverde (PE)
Fábrica de Ração	Praia Grande (SC)

Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

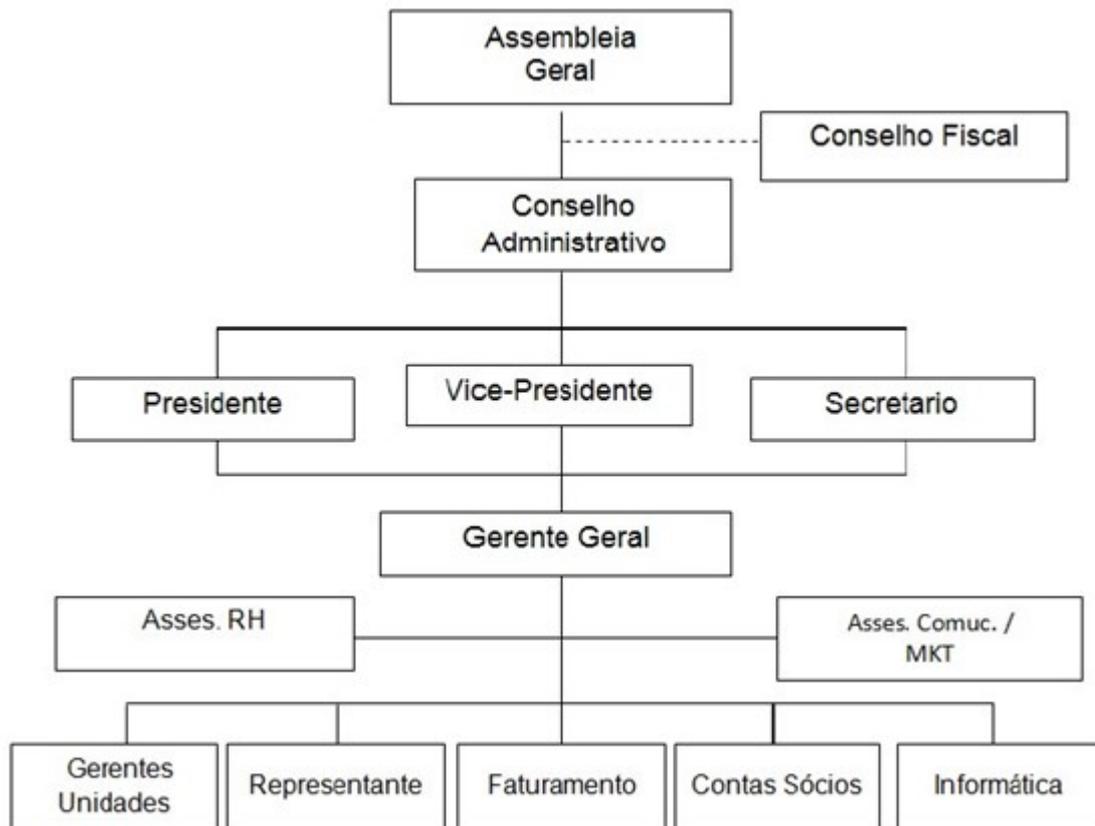
Todos os anos a Cooperja realiza diversos cursos para seus associados em parceria com o Sebrae. Um dos treinamentos com maior aceitação é o curso de Qualidade Total Rural, em que o casal cooperado participa aprendendo conceitos para melhorar a qualidade da propriedade rural. Neste sentido, passam da acepção de pequenos agricultores para empresários rurais. Além do QT Rural, diversos outros cursos são realizados para os associados e colaboradores da cooperativa.

4.1.1 Administração

Como em qualquer sociedade cooperativista, o órgão supremo que rege a Cooperja é a Assembleia Geral. O conselho de administração é um órgão obrigatório na sociedade que define a política e as diretrizes que a Cooperativa deve seguir. A

Cooperja possui um Conselho Fiscal formado por três membros efetivo e três suplentes, eleitos em assembleia geral para mandato de um ano. A figura abaixo descreve o organograma atual da Cooperja.

Figura 4 – Organograma administrativo



Fonte: Elaborado pelo Autor (2016)..

Os métodos utilizados para diferenciar o resultado Cooperado e não Cooperado são contabilizados os fatos e feitos de forma distintas sendo que cada Cooperado tem um código de acesso, e toda sua movimentação é feita através do mesmo, referente a compra ou venda dos produtos.

Sobre a movimentação da carteira de Sócios da empresa, primeiramente é feito um estudo, para se admitir mais sócios é necessário que se tenha capacidade

de absorção deste sócio, no caso de cooperativa de produção que é a cooperativa objeto de estudo, depende da capacidade de recepção e armazenamento da produção do associado, que hoje é limitada, cada sócio tem um número x de produção que pode ser entregue devido à capacidade de armazenamento, além disto o novo sócio passa por um estudo socioeconômico no qual são analisados a capacidade de pagamento, meio social e o retorno que este novo cooperado pode trazer para a cooperativa.

Atualmente, passados quarenta e sete anos da sua constituição, a Cooperja possui mais de mil e quinhentos associados, conta com a colaboração de 630 funcionários diretos e possui contabilidade interna.

4.1.1.1 Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com as principais Práticas Contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às empresas de grande porte, considerando ainda aspectos específicos da Lei 5764/71 que regem o sistema Cooperativo e a NBC. T 10.8 do Conselho Federal de Contabilidade, específicos para as Sociedades Cooperativistas.

A lei das sociedades por ação na preparação de suas demonstrações contábeis, devido ao seu caráter aplicável as demais sociedades, contemplando os efeitos referentes à classificação das contas no balanço e ao conjunto de demonstrações contábeis trazidos pela Lei nº 11.638/2007 e Lei nº 11.941/2009, quando aplicáveis.

Foi adotado o regime de competência para o registro das mutações patrimoniais, ocorridas no exercício. A aplicação desse regime implica o reconhecimento dos ingressos e dispêndios, bem como das receitas, custos e despesas, quando ganhos ou incorridos, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento.

Do reconhecimento das receitas todas as modalidades de vendas, praticadas pela Cooperativa, são reconhecidas no momento da emissão da nota fiscal, por satisfazerem os requisitos exigidos na NBC. TG 30, aprovada pela resolução 1.187/09 do Conselho Federal de Contabilidade, com exceção das

Vendas para entrega Futura, cujo faturamento é registrado no Passivo Circulante, como Produtos a Entregar e, estão reconhecidas pelo valor de venda, de modo que a margem de comercialização destes produtos e mercadorias somente será reconhecida no resultado do exercício no momento da efetiva entrega dos bens.

As despesas foram reconhecidas pelo regime de competência, no momento em que ocorreram com exceção as despesas de exercício futuros como seguros e aluguéis que são apropriados mensalmente.

No Quadro 9 apresenta-se a receita bruta de vendas da cooperativa, diminuindo as deduções, obtendo uma receita operacional líquida.

Quadro 9 – Receita Bruta de Venda x Resultado Líquido (valores em reais R\$)

Descrição	2015					
	Total	Cooperado	AH%	Não Cooperado	AH%	%
1. Ingressos \ Receitas de Vendas e Serviços	364.979.176	284.506.953	77,95%	80.472.222	22,05%	100%
2. Deduções Sobre as Vendas	-20.549.084	-16.128.902	78,49%	-4.420.181	21,51%	100%
3. Receita Operacional Líquida	344.430.092	268.378.051	77,92%	76.052.041	22,08%	100%

Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

Conforme apresentado no Quadro 9 em 2015 o total de receita bruta de venda e serviços, que chegou a um faturamento anual de R\$ 364.979.176, sendo destes uma operação de ato cooperado representado por 77,95% totalizando o valor de R\$ 284.506.953.

A movimentação econômico-financeira decorrente do ato cooperativo, na forma disposta no estatuto social, é definida contabilmente como ingressos e dispêndios.

O Quadro 10 mostra o resultado operacional líquido, separados entre a operação ato cooperado e ato não cooperado.

Quadro 10 – Resultado bruto x Resultado operacional (valores em reais R\$)

Descrição	2015					
	Total	Cooperado	AH%	Não Cooperado	AH%	%
5. Resultado Operacionais Bruto	98.383.857	81.523.062	82,86%	16.860.795	17,14%	100%
6. Dispêndios \ Custos Operacionais	-82.448.476	-66.547.505	80,71%	-15.900.971	19,29%	100%
7. Resultado Operacional	15.935.381	14.975.556	93,98%	959.824	6,02%	100%

Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

Conforme o Quadro 10 o resultado operacional da operação realizada de Ato cooperado apresenta 93,98% ou R\$ 14.975.556, em relação ao resultado total.

Dispêndio é o custo dos produtos ou mercadorias fornecidos, dos produtos industrializados e dos serviços prestados, a despesa, o encargo e a perda, do ato cooperativo.

As movimentações econômico-financeiras decorrentes das atividades econômicas desenvolvidas pelas entidades cooperativas, em observância a leis e regulamentações específicas, bem como ao Princípio da Competência, compõem, obrigatoriamente, a Demonstração de Sobras ou Perdas.

Quadro 11 – Resultado do lucro x Sobra líquida do período

Descrição	2015					
	Total	Cooperado	AH%	Não Cooperado	AH%	%
11. Resultado Antes da Tributação Sobre Lucro	4.680.899	4.323.630	92,37%	357.269	7,63%	100%
12. Imposto De Renda e Contribuição Social	-1.174.706	0	0,00%	-1.174.706	100,00%	100%
13. Sobras Líquidas do Período	3.506.194	4.323.630	123,31%	-817.437	-23,31%	100%

Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

Encerrando-se o final do exercício se obtêm uma sobra líquida do período a destinar-se a AGO para deliberação da mesma, a fim de votação dos sócios, das sobras líquidas do período.

As cooperativas pagam o imposto de renda sobre o resultado positivo das operações e das atividades com terceiros ou ato não cooperativo, as sociedades cooperativas que obedecerem ao disposto da Lei 5.764/71 na legislação específica, relativamente aos atos cooperativos, ficaram isentos da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL e do Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ.

Findo o exercício social, após as destinações legais e estatutárias, o saldo de sobras do exercício deve ser transferido para contas passivas à disposição da Assembleia Geral para deliberação quanto a sua capitalização ou forma e prazo de pagamento. O resultado líquido positivo decorrente do ato não cooperativo, exceto aquele decorrente de investimento em sociedades não cooperativa aplicado para melhor atendimento dos próprios objetivos e de outros de caráter acessório ou complementar, deve ser destinado para a Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social, não podendo ser objeto de rateio entre os associados. (CFC NBC – TE Entidade Cooperativa).

O rateio das perdas ou sobras líquidas aos associados deve ser de acordo com: a produção de bens ou serviços por eles entregues; o volume de fornecimento de insumos e bens de consumo, do exercício social, observado a possibilidade do rateio em partes iguais dos dispêndios ou despesas da entidade cooperativa.

Em 2015 a Cooperja demonstrou o ajuste no Livro de apuração do lucro real para cálculo de Imposto de renda e Contribuição da Pessoa Jurídica, com o Lucro Líquido Antes do IRPJ E CSLL no valor de R\$ 9.705.584,88, com um valor total de Adições de R\$ 2.115.667,71 deduzindo ainda o total das Exclusões no valor de R\$ 8.216.860,06, obtendo uma base de cálculo para fins de apuração do Imposto de Renda de R\$ 3.604.392,53, aplicando a alíquota de 15% normal, mais adicional de 10% chegando a um IRPJ a pagar de R\$ 877.098,13. (ANEXO B)

A Cooperativa apurou um total de R\$ 1.174.709 de Imposto de Renda e Contribuição Social, com as Adições e Exclusões para a base de cálculo para provisão de IRPJ E CSLL, diminuindo assim o resultado total da Demonstração de Sobras e Perdas. (ANEXO A e B)

De acordo com a lei 5.764/71 em seu artigo 28º o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é destinado à prestação de assistência aos associados, seus familiares e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da Cooperativa, constituído de 5% (cinco por cento), das sobras líquidas apuradas no exercício. Também de acordo com a lei em seu artigo 87º o resultado auferido com não associados depois da tributação será integralmente incorporado a este fundo.

A aproximação do associado com a Cooperja faz com que todos trabalhem de forma unida para que tenha boas vendas no mercado. A Cooperja disponibiliza de vários serviços e benefícios para seus associados para que tenha um retorno dos seus produtos com qualidade para comercialização:

- Oferece serviços na área da produção, pesquisa, assistência técnica, administrativa, social e educacional;
- Distribui aos sócios bens de produção, bem como intermédia o abastecimento de gêneros alimentícios, e insumos para as lavouras;
- Vende em comum a produção entregue pelos sócios. Processo no qual a cooperativa fica encarregada de classificar, padronizar, armazenar, beneficiar e

industrializa os produtos recebidos, sempre visando encontrar e obter os melhores preços de mercado;

- Descontos na aquisição de insumos e mercadorias e prazos para pagamento;
- Auxílio na obtenção de recursos financeiros para financiamento da safra;
- Promove a integração entre os associados e suas famílias e a inter-relação com a comunidade em que estão inseridos;
- E o principal benefício de uma Cooperativa, que é a distribuição das sobras líquida do exercício anterior realizado;

Quadro 12 – Balanço patrimonial - ATIVO

ATIVO Descrição	Valores em Reais		
	2015	AH%	2014
Circulante	185.335.298	31,10%	141.373.484
Disponibilidades	3.745.253	-68,25%	11.795.719
Caixa Geral	522.193	90,68%	273.858
Bancos Contas Movimento	676.162	-69,62%	2.225.684
Aplicações de Liquidez Imediata	2.546.898	-72,51%	9.264.177
Valores em Transitio	0	-100,00%	32.000
Créditos a Receber	128.580.354	37,02%	93.841.852
Créditos Com Associados	40.859.047	11,06%	36.788.964
Créditos Com Terceiros	55.329.603	38,67%	39.900.193
Créditos Tributários	29.658.994	192,39%	10.143.667
Adiantamentos	1.207.434	-79,96%	6.025.184
Créditos Com Funcionários	1.650	-74,22%	6.400
Créditos em Cheques	7.339.332	3,32%	7.103.158
Títulos e Valores em Cobrança	673.767	-4,92%	708.661
Outros Créditos	787.811	77,87%	442.908
(-) Provisão de Créditos de Liquidação Duvidosa	-7.277.285	0,00%	-7.277.285
Estoques em Geral	52.923.706	48,49%	35.640.381
Estoques de Produção	12.912.897	184,38%	4.540.723
Estoques de Mercadoria Para Revenda	18.559.667	64,88%	11.256.563
Estoques Em Poder de Terceiros	1.179.800	-40,26%	1.975.027
Estoques de Cooperados	18.180.126	13,81%	15.973.608
Estoques de Terceiros	1.916.924	3,85%	1.845.931
Estoques em Transitio	174.293	259,15%	48.530
Despesas Antecipadas	85.985	-9,99%	95.533
Despesas do Exercício Seguinte	85.985	-9,99%	95.533
Não Circulante	115.810.265	9,06%	106.188.980
Realizável a Longo Prazo	15.535.599	-2,09%	15.867.133
Créditos de Longo Prazo	14.122.333	-2,29%	14.453.867
Créditos Com Associados	4.573.436	43,43%	3.188.569
Créditos Com Terceiros	1.909.861	84,17%	1.036.987
Outros Créditos	7.752.347	-25,04%	10.341.623
Títulos e Valores em Cobrança	515.962	0,00%	515.962
(-) Provisão de Créditos de Liquidação Duvidosa	-629.273	0,00%	-629.273
Depósitos Judiciais	1.413.266	0,00%	1.413.266
Depósitos Trabalhistas	36.491	0,00%	36.491
Depósitos Previdenciários	1.365.716	0,00%	1.365.716
Depósitos Diversos	11.059	0,00%	11.059
Investimentos	4.343.496	13,77%	3.817.646
Participação em Cooperativas	1.646.973	10,84%	1.485.897
Participação em Empresas Diversas	1.796.523	25,48%	1.431.749
Participação em Coligadas e Controladas	900.000	0,00%	900.000
Imobilizações em Curso	16.815.343	67,47%	10.040.760
Imóveis	16.815.343	67,47%	10.040.760
Bens e Imóveis de Uso	77.714.096	3,33%	75.207.911
Bens e Imóveis de Uso	97.239.815	10,21%	88.231.240
(-) Depreciações Acumuladas	-19.525.719	49,93%	-13.023.329
Intangível	1.401.731	11,64%	1.255.531
Direito de Uso	1.654.429	21,22%	1.364.811
(-) Direito de Uso	-252.697	131,24%	-109.281
Total do Ativo:	301.145.562	21,64%	247.562.464

Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

Quadro 13 – Balanço patrimonial – PASSIVO

PASSIVO Descrição	2015	Valores em Reais	
		AH%	2014
Passivo Circulante	126.876.377	34,09%	94.618.328
Fornecedores	15.309.733	50,89%	10.146.469
Fornecedores de Materiais e Serviços	15.309.733	50,89%	10.146.469
Empréstimos e Financiamentos CP	63.457.034	15,61%	54.889.360
Empréstimos e Financiamentos CP	63.457.034	15,61%	54.889.360
Obrigações Com Associados	26.926.502	22,84%	21.920.490
Atividades de Produção	8.746.376	47,07%	5.946.882
Produtos a Liquidar de Associados	18.180.126	13,81%	15.973.608
Obrigações Com Terceiros	3.198.534	27,58%	2.507.067
Atividades de Produção de Terceiros	1.281.610	93,85%	661.136
Produtos a Liquidar de Terceiros	1.916.924	3,85%	1.845.931
Obrigações Trabalhistas	3.413.564	17,79%	2.898.095
Obrigação Com Pessoal	941.017	28,64%	731.497
Obrigações Previdenciárias	613.435	20,88%	507.494
Provisões Trabalhistas	1.819.175	11,60%	1.630.072
Retenções Diversas de Funcionários	39.937	37,56%	29.033
Obrigações Fiscais e Tributárias	13.436.841	794,43%	1.502.286
Obrigações Retidas na Fonte	99.396	-8,63%	108.782
Provisão de Tributos	1.068.130	-0,13%	1.069.572
Impostos e Contribuições a Recolher	12.269.316	3687,62%	323.932
Outras Obrigações	1.134.169	50,31%	754.561
Obrigações Diversas	738.706	262,31%	203.889
Outros Valores a Pagar	293.164	-34,62%	448.374
Provisões Diversas CP	102.298	0,00%	102.298
Passivo Não Circulante	58.395.087	42,33%	41.028.705
Passivo Exigível a Longo Prazo	58.395.087	42,33%	41.028.705
Empréstimos e Financiamentos LP	25.636.898	199,18%	8.569.120
Empréstimos e Financiamentos LP	25.636.898	199,18%	8.569.120
Obrigações Com Associados	1.470.080	170,53%	543.417
Obrigações Com Associados	1.470.080	170,53%	543.417
Obrigações Fiscais e Tributárias	4.200.000	0,00%	4.200.000
Obrigações Fiscais e Tributárias	4.200.000	0,00%	4.200.000
Provisões e Contingentes	26.523.173	-2,90%	27.316.167
Provisões e Contingentes	26.523.173	-2,90%	27.316.167
Obrigações Diversas	564.936	41,23%	400.000
Outras Obrigações	564.936	41,23%	400.000
Patrimônio Líquido	115.874.098	3,54%	111.915.431
Capital Social	52.405.266	15,65%	45.312.668
Capital Integralizado	52.411.006	15,59%	45.340.547
(Capital a Integralizar)	-5.740	-79,41%	-27.879
Reservas de Capital	35.779.216	-0,35%	35.903.710
FATES (Fundo de Assis. Téc. Edu. Social)	5.539.683	-17,87%	6.745.084
Fundo de Reserva	30.239.533	71,65%	17.616.936
Fundo de Desenvolvimento	0	-100,00%	11.541.689
Reserva de Avaliação	20.769.846	-10,79%	23.280.995
Reserva de Avaliação	20.769.846	-10,79%	23.280.995
Sobras ou Perdas a Disposição da Assembleia	6.919.771	-6,72%	7.418.058
Sobras Disposição da Assembleia no ano	6.919.771	-6,72%	7.418.058
Total do Passivo:	301.145.562	21,64%	247.562.464

Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

Partindo do Balanço Patrimonial apresentado nos Quadros 12 e 13, pode-se notar algumas movimentações relevantes, no Ativo compreende os bens, os direitos e as demais aplicações de recursos controlados pela entidade, o aumento considerado na conta de créditos tributários de aproximadamente 190%, e também na conta de estoques de produção apresenta uma diferença importante no aumento R\$ 4.540.723 de 2014 para R\$ 12.912.897 em 2015.

No Passivo compreende as origens de recursos representados pelas obrigações para com terceiros, resultantes de eventos ocorridos que exigirão ativos para a sua liquidação, aumentou a conta de fornecedores em 50% de um ano para o outro, a grande movimentação do Passivo ocorreu na conta de Impostos e contribuições a Recolher de R\$ 323.932 em 2014, para R\$ 12.269.316 em 2015. Houve também um aumento considerável na conta de Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo, para a movimentação do Capital de Giro para compra de Materiais de Insumos para a produção dos associados.

Na representatividade do Patrimônio Líquido compreende os recursos próprios da entidade, que teve aumento de 3,54%, sendo que na conta de Sobras a Disposição da Assembleia foi menor em relação ao ano anterior de 2014.

Operações com não Cooperados são mantidas as mesmas regras de apuração dos resultados das operações com terceiros, consoantes normas fiscais vigentes na NBC. T 10.8, que prevêem o registro das operações com associados, como ingressos e dispêndios, tendo registrado tais operações destacadamente, de modo a permitir o cálculo para a incidência de tributos.

A cooperativa em 2015 apresentou sobras a disposição da assembleia no valor de R\$ 6.919.770,96 já deduzidas as destinações estatutárias e tributação sobre as sobras.

O Quadro 14 apresenta a Demonstração das Sobras ou Perdas do ano de 2015 e 2014, analisado de forma horizontal.

Quadro 14 – Demonstração das sobras ou perdas – DSP (valores em reais R\$)

Descrição	2015	AH%	2014
1. Ingressos \ Receitas de Vendas e Serviços	364.979.176	8,37%	336.780.827
(+) Ingressos \ Receitas de Vendas de Produtos	202.821.372	0,66%	201.495.259
(+) Ingressos \ Receitas de Vendas de Mercadorias	140.275.203	15,88%	121.056.770
(+) Ingressos \ Receitas de Exportação	21.226.244	108,99%	10.156.387
(+) Ingressos \ Receitas Serviços	656.358	-83,88%	4.072.412
2. Deduções Sobre as Vendas	-20.549.084	-4,59%	-21.536.573
(-) Dispêndios \ Custos Com Impostos	-15.756.224	-7,91%	-17.109.632
(-) Dispêndios \ Custos Com Devolução e Cancelamentos	-4.792.859	8,27%	-4.426.941
3. Resultado de Ingressos\Receitas Operacionais Líquidas	344.430.092	9,26%	315.244.254
4. Dispêndios / Custos Com Vendas e Serviços	-246.046.235	7,69%	-228.478.104
(+) Recuperação de Tributos	12.487.913	29,15%	9.669.160
(-) Dispêndios \ Custos Com Venda de Produtos	-150.236.456	5,36%	-142.588.069
(-) Dispêndios \ Custos Com Venda de Mercadorias e Serviços	-108.297.692	13,33%	-95.559.195
5. Resultado de Ingressos \ Receitas Operacionais Bruto	98.383.857	13,39%	86.766.150
6. Dispêndios \ Custos Operacionais	-82.448.476	3,50%	-79.656.879
(-) Dispêndios \ Custos Gerais Com Pessoal e Diretoria	-22.095.962	13,39%	-19.486.554
(-) Dispêndios \ Custos de Despesas e Materiais	-14.012.806	21,46%	-11.536.833
(-) Dispêndios \ Custos de Prestação de Serviços	-4.569.885	-39,35%	-7.534.871
(-) Dispêndios \ Custos de Depreciação	-6.897.114	7,26%	-6.430.446
(-) Dispêndios \ Custos Com Vendas	-32.190.070	-0,53%	-32.360.876
(-) Dispêndios \ Custos Tributários	-1.202.767	17,60%	-1.022.744
(-) Dispêndios \ Custos de Provisão de Créditos Incobráveis	0	0,00%	0
(-) Dispêndios \ Custos Com Outras Despesas Operacionais	-1.479.872	15,21%	-1.284.555
7. Resultado Operacional	15.935.381	124,15%	7.109.271
8. Ingresso \ Receitas ou Dispêndios \ Custos de Outros	-559.222	-223,42%	453.092
(+) Ingressos \ Receita Com Outros Ingressos Não Operacionais	6.298.345	124,83%	2.801.426
(-) Dispêndios \ Custos Com Outras Despesas Não Operacionais	-6.857.567	192,02%	-2.348.334
9. Resultado Operacional	15.376.158	103,32%	7.562.363
10. Outros Ingresso\Receitas ou Dispêndios\Custos Financeiros	-10.695.259	672,91%	-1.383.757
(+) Ingressos \ Receita Com Outros Ingressos Financeiros	4.606.483	24,62%	3.696.440
(-) Dispêndios \ Custos Com Outras Despesas Financeiras	-15.301.742	201,20%	-5.080.197
11. Resultado Antes da Tributação Sobre Lucro	4.680.899	-24,24%	6.178.607
Resultado com Associados	4.323.630	1,79%	4.247.669
Resultado com Não Associados	357.269	-81,50%	1.930.937
12. Imposto De Renda e Contribuição Social	-1.174.709	9,83%	-1.069.572
Provisão para Imposto de Renda Ato Não Cooperado	-877.098	9,90%	-798.064
Provisão para Contribuição Social Ato Não Cooperado	-297.610	9,61%	-271.508
13. Sobras Líquidas do Período	3.506.191	-31,37%	5.109.035

Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

Quadro 15 – Demonstração das sobras ou perdas – DSP - Ato cooperado e não cooperado (valores em reais R\$)

Descrição	2015					
	Total	Cooperado	AH%	Não Cooperado	AH%	%
1. Ingressos \ Receitas de Vendas e Serviços	364.979.176	284.506.953	77,95%	80.472.222	22,05%	100%
(+) Ingressos \ Receitas de Vendas de Produtos	202.821.372	189.563.330	93,46%	13.258.041	6,54%	100%
(+) Ingressos \ Receitas de Vendas de Mercadorias	140.275.203	74.434.935	53,06%	65.840.268	46,94%	100%
(+) Ingressos \ Receitas de Exportação	21.226.244	20.008.225	94,26%	1.218.019	5,74%	100%
(+) Ingressos \ Receitas Serviços	656.358	500.464	76,25%	155.894	23,75%	100%
2. Deduções Sobre as Vendas	-20.549.084	-16.128.902	78,49%	-4.420.181	21,51%	100%
(-) Dispêndios \ Custos Com Impostos	-15.756.224	-12.298.094	78,05%	-3.458.130	21,95%	100%
(-) Dispêndios \ Custos Com Devolução e Cancelamentos	-4.792.859	-3.830.808	79,93%	-962.051	20,07%	100%
3. Resultado Operacionais Liquidas	344.430.092	268.378.051	77,92%	76.052.041	22,08%	100%
4. Dispêndios / Custos Com Vendas e Serviços	-246.046.235	-186.854.989	75,94%	-59.191.246	24,06%	100%
(+) Recuperação de Tributos	12.487.913	11.607.205	92,95%	880.708	7,05%	100%
(-) Dispêndios \ Custos Com Venda de Produtos	-150.236.456	-140.495.392	93,52%	-9.741.064	6,48%	100%
(-) Dispêndios \ Custos Com Venda de Mercadorias e Serviç	-108.297.692	-57.966.803	53,53%	-50.330.889	46,47%	100%
5. Resultado Operacionais Bruto	98.383.857	81.523.062	82,86%	16.860.795	17,14%	100%
6. Dispêndios \ Custos Operacionais	-82.448.476	-66.547.505	80,71%	-15.900.971	19,29%	100%
(-) Dispêndios \ Custos Gerais Com Pessoal e Diretoria	-22.095.962	-15.027.240	68,01%	-7.068.722	31,99%	100%
(-) Dispêndios \ Custos de Despesas e Materiais	-14.012.806	-11.681.215	83,36%	-2.331.592	16,64%	100%
(-) Dispêndios \ Custos de Prestação de Serviços	-4.569.885	-3.170.213	69,37%	-1.399.672	30,63%	100%
(-) Dispêndios \ Custos de Depreciação	-6.897.114	-5.902.066	85,57%	-995.048	14,43%	100%
(-) Dispêndios \ Custos Com Vendas	-32.190.070	-29.851.967	92,74%	-2.338.104	7,26%	100%
(-) Dispêndios \ Custos Tributários	-1.202.767	-914.805	76,06%	-287.962	23,94%	100%
(-) Dispêndios \ Custos Com Outras Despesas Operacionais	-1.479.872	0	0,00%	-1.479.872	100,00%	100%
7. Resultado Operacional	15.935.381	14.975.556	93,98%	959.824	6,02%	100%
8. Ingresso\Receitas ou Dispêndios\Custos de Outros	-559.222	-179.108	32,03%	-380.115	67,97%	100%
(+) Ingressos\Receita Outros Ingressos Não Operacionais	6.298.345	3.930.174	62,40%	2.368.171	37,60%	100%
(-) Dispêndios\Custos Outras Despesas Não Operacionais	-6.857.567	-4.109.281	59,92%	-2.748.286	40,08%	100%
9. Resultado Operacional	15.376.158	14.796.449	96,23%	579.710	3,77%	100%

Continua...

Conclusão.

10. Outros Ingressos e Saídas Financeiras	-10.695.259	-10.472.818	97,92%	-222.441	2,08%	100%
(+) Ingressos \ Receita Com Outros Ingressos Financeiros	4.606.483	3.098.672	67,27%	1.507.811	32,73%	100%
(-) Dispêndios \ Custos Com Outras Despesas Financeiras	-15.301.742	-13.571.490	88,69%	-1.730.252	11,31%	100%
11. Resultado Antes da Tributação Sobre Lucro	4.680.899	4.323.630	92,37%	357.269	7,63%	100%
Resultado com Associados	4.323.630	4.323.630	100,00%	0	0,00%	100%
Resultado com Não Associados	357.269	0	0,00%	357.269	100,00%	100%
12. Imposto De Renda e Contribuição Social	-1.174.709	0	0,00%	-1.174.709	100,00%	100%
Provisão para Imposto de Renda Ato Não Cooperado	-877.098	0	0,00%	-877.098	100,00%	100%
Provisão para Contribuição Social Ato Não Cooperado	-297.610	0	0,00%	-297.610	100,00%	100%
13. Sobras Líquidas do Período	3.506.191	4.323.630	123,31%	-817.440	-23,31%	100%

Fonte: elaborado pelo autor (2016).

De acordo com os dados fornecidos pela empresa o Ato cooperado é o grande responsável pelo bom desempenho e resultados positivos, em que chega a uma margem de aproximadamente 78% dos Ingressos, de movimentação financeira e societária da Cooperja.

Nas últimas décadas, a cooperativa cresceu em estrutura e em número de negócios, de simples armazenadora de grãos, passou, também, para comercializadora de alimentos, insumos e combustíveis, fazendo assim com que aumentasse cada ano mais o faturamento e em consequência o resultado.

5 CONCLUSÃO

As cooperativas são sociedades economicamente organizadas de forma democrática, baseada em uma doutrina com propósitos de união e ajuda mútua, norteados pelos princípios cooperativistas, que se preocupam com as necessidades comuns de seus membros.

Atualmente com problemas na economia e a grande competitividade entre organizações, faz com que as mesmas busquem alternativas constantes de que apresentam melhores resultados. Com isso, verifica-se na contabilidade gerencial a ferramenta indicada para alcançar os objetivos.

Para tanto, o referencial teórico mostrou-se adequado ao estudo realizado, pois apresentou os conceitos pertinentes ao cooperativismo e as cooperativas agropecuárias, evidenciando ainda, aspectos relacionados às demonstrações contábeis.

Com este propósito realizou-se o trabalho que buscou apurar os resultados contábeis, em especial os de ato cooperado que se referem a principal atividade da Cooperativa, tendo em vista o de maior representatividade no resultado geral.

Diante do exposto, conclui-se que a Cooperja procura, constantemente, por meio de suas atividades de beneficiamento, armazenamento e comercialização do arroz, promover o crescimento econômico de seus associados e da empresa em busca sempre de melhores resultados.

Neste sentido, a cooperativa além de disponibilizar produtos e serviços com segurança, agilidade e qualidade, apresenta suas demonstrações contábeis todas corretas conforme prevista em Lei, obtendo resultados positivos para fins de distribuição para os sócios.

Diante de uma análise comparativa entre ambas modalidades de operação que a Cooperja trabalha a que mais se destaca sendo a principal atividade desenvolvida pela cooperativa é a movimentação do Ato Cooperado, trabalhando na maioria das vezes com os sócios da empresa, tornando melhor e mais competitiva no mercado. Apresentando uma margem de Lucro líquido em torno de 1% sobre o total do faturamento realizado pela empresa no ano de 2015.

REFERÊNCIAS

ALVES, Magda. **Como escrever teses e monografias**: um roteiro passo a passo. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

ASSAF NETO, Alexandre. **Finanças corporativas e valor**. 7. ed São Paulo: Atlas, 2014.

BECHO, Renato Lopes (coord.). **Problemas atuais no direito cooperativo**. São Paulo: Dialética, 2005.

BRAGA, Hugo Rocha. **Demonstrações contábeis**: estrutura, análise e interpretação. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. Lei nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971. Define a política nacional de cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5764.HTM >. Acesso em: 14/03/2016.

CERVO, Amado L. BERVIAN, Pedro A. **Metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2002.

CFC. Entidade Cooperativa. Disponível em: <<http://portalcfc.org.br/wordpress/wpcontent/uploads/2012/12.pdf>> Acesso em: 26/02/2016.

IBRACON NPC 27. Portal da Contabilidade. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/ibracon/npc27.htm>> Acesso em: 21/04/2016.

MAGALHÃES, Maria Henriqueta de. **Manual de contabilidade cooperativa**. São Paulo: Ed. Pioneira, 1972.

MARTINS, Eliseu; MIRANDA, Gilberto José; DINIZ, Josedilton Alves. **Análise didática das demonstrações contábeis**. São Paulo: Atlas, 2014.

MORANTE, Antonio Salvador. **Análise das demonstrações financeiras: aspectos contábeis das demonstrações de resultado e do balanço patrimonial**. São Paulo: Atlas, 2007.

OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras. **História do ramo agropecuário**. Disponível em: <http://www.ocb.coop.br/site/ramos/agropecuaria_historia.asp>. Acesso em: 10 /03/2016.

OCESC. Princípios do cooperativismo. Disponível em: < <http://www.ocesc.org.br/institucional/cooperativismo.php> >. Acesso em: 23/03/2016.

OCESC – Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina.

Unidos por uma vida melhor, 2011.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de **Manual de gestão das cooperativas**: uma abordagem prática. 3. ed., rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2006.

PINHO, Diva Benevides. **O cooperativismo no Brasil**: da vertente pioneira à vertente solidária. São Paulo: Saraiva, 2004.

PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico**: Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2 ed. Rio Grande do Sul: Feevale, 2013.

RECH, Daniel. Cooperativas: **Uma alternativa de organização popular**. Rio de Janeiro: Ed. DEP&A, 2000.

VIANNA, Ilca Oliveira de A. **Metodologia do Trabalho Científico**: Um enfoque didático da produção científica. São Paulo: E.P.U., 2001.

ANEXOS

ANEXO A – CÁLCULO CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO

PARTE A - REGISTRO DOS AJUSTES DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO			
Data	Histórico	Adições	Exclusões
31/12/2015	COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL COOPERJA CNPJ: 85.667.947/0001-03		
	Demonstração do Lucro Real		
	Cálculo da Contribuição Social sobre Lucro Líquido		
	Lucro Líquido antes da CSLL	9.705.584,88	
	Valor total das adições:	1.818.057,32	
	Provisões Indedutíveis		
	Aluguéis Não Relacionados Com a Atividade Fim		
	Contraprestação de Arrendamento Mercantil		
	Depreciação, Amortização e Exaustão Não Relacionados Com a		
	Seguros Não Relacionados Com a Atividade		
	Brindes, Doações e Subvenções	296.527,21	
	Multas Punitivas	1.183.344,64	
	Receita de Aplicação Financeira	338.185,47	
	Valor total das exclusões:		8.216.860,06
	Resultado Positivo de Atos Cooperados		4.323.630,34
	Reversão do Fates		1.015.141,22
	Reversão da depreciação		2.878.088,50
	Lucro real para apuração da CSLL	3.306.782,14	
	Compensação prejuízo fiscal		
	Total Prejuízo Fiscal Compensável	0,00	
	% Limite para compensação	0,0%	
	Limite do prejuízo compensável	0,00	
	Prejuízo fiscal compensado	0,00	
	Lucro tributável do exercício	3.306.782,14	
	Alíquota da contribuição social	9,00%	
	Valor da contribuição social	297.610,39	
Jacinto Machado (SC), 31 de Dezembro de 2015			

Fonte: Dados Cooperja.

ANEXO B – CÁLCULO DO IMPOSTO DE RENDA DA PESSOA JURÍDICA

PARTE A - REGISTRO DOS AJUSTES DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO			
Data	Histórico	Adições	Exclusões
31/12/2015	COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL COOPERJA CNPJ: 85.667.947/0001-03		
	Demonstração do Lucro Real		
	Cálculo do Imposto de Rendas da Pessoa Jurídica		
	Lucro Líquido antes do IRPJ	9.705.584,88	
	Valor total das adições:	2.115.667,71	
	Contribuição Social sobre Lucro Líquido	297.610,39	
	Provisões Inedutíveis	0,00	
	Aluguéis Não Relacionados Com a Atividade Fim	0,00	
	Contraprestação de Arrendamento Mercantil	0,00	
	Depreciação, Amortização e Exaustão Não Relacionados Com a Atividade	0,00	
	Seguros Não Relacionados Com a Atividade	0,00	
	Brindes, Doações e Subvenções	296.527,21	
	Multas Punitivas	1.183.344,64	
	Receita de Aplicação Financeira	338.185,47	
	Valor total das exclusões:		8.216.860,06
	Resultado Positivo de Atos Cooperados		4.323.630,34
	Reversão do Fates		1.015.141,22
	Reversão da depreciação		2.878.088,50
	Lucro real para apuração do IRPJ	3.604.392,53	
	Compensação prejuízo fiscal		
	Total Prejuízo Fiscal Compensável	0,00	
	% Limite para compensação	0,0%	
	Limite do prejuízo compensável	0,00	
	Prejuízo fiscal compensado	0,00	
	Lucro tributável do exercício	3.604.392,53	
	Alíquota do IRPJ	15,00%	
	Valor do IRPJ	540.658,88	
	Exclusão do lucro tributável p/ cálculo do adicional	240.000,00	
	Base de cálculo do adicional do IRPJ	3.364.392,53	
	Alíquota do adicional do IRPJ	10,00%	
	Valor do adicional do IRPJ	336.439,25	
	Valor total do IRPJ	877.098,13	
	(-) Retenção IRRF aplicações	-	
	IRPJ a Pagar	877.098,13	
	Jacinto Machado (SC), 31 de Dezembro de 2015 00 de janeiro de 1900		

Fonte: Dados Cooperja.